

ENSAIO SOBRE A INDIFERENÇA E O DESAMPARO E SUA RELAÇÃO COM O DIVINO

Daniel Felipe Alves¹

Resumo

Este ensaio principia por fazer uma breve psicologia descritiva sobre os estados de indiferença e de desamparo, com sua tessitura própria, na vivência comum do ser humano. Em seguida, há o estabelecimento da relação entre esses estados e a experiência religiosa e transcendente. O fenômeno da perda da transcendência, e sua relação com esses estados, com sua contextualização, além dos resultados que dele surgiram são também objetos de reflexão neste ensaio. Por fim, tenta-se extrair algumas reflexões que, embora limitadas e não sistemáticas, podem ter graves alcances psicológicos, filosóficos e metafísicos.

Palavras-chave: Indiferença, Desamparo, Psicologia Descritiva, Deus, Materialismo-Científico.

Abstract

This essay begins by making a brief descriptive psychology about the states of indifference and helplessness, with its own texture, in the human being's common experience. Next, there is the establishment of relation between such states and the religious experience and transcendent. The phenomenon of loss of transcendence, and its relation with those states, with its contextualization, in addition to the results that from it arised are as well objects of reflection in this essay. Finally, there's an attempt to extract some reflections that, albeit limited and unsystematic, may have serious psychological, philosophical and metaphysical scopes.

Keywords: Indifference, Helplessness, Descriptive Psychology, God, Scientific-Materialism

Uma palavra introdutória

Este ensaio, como será retomado ao longo do caminho que percorreremos, não visa ser uma defesa da religião propriamente dita. Também não almeja ser sistemático.

¹ Bacharel em Psicologia pela Estácio (FATERN), de Natal, no Rio Grande do Norte, com experiência de estágio clínico na área de Psicologia Existencial-Humanista. Artigo submetido sob orientação de Sra. Natércia Janine Dantas da Silveira, Doutora e Mestre, pela UFRN, em Saúde Coletiva. Áreas de interesse e estudo: psicologia, epistemologia, fenomenologia, teologia, metafísica, filosofia clássica e escolástica, filosofia da mente etc. Registrado junto ao CRP, da 17ª região, sob o número de registro 6061Email: danielves43@gmail.com Contato celular: (84) 99206-6773

É um ensaio, se podemos assim dizer, que se situa no limite entre a psicologia e a filosofia, resvalando na metafísica. A espécie de psicologia descritiva utilizada aqui para analisar os fenômenos do desamparo e da indiferença, e relacioná-los com a experiência da divindade, é um *método* tão antigo quanto a história da psicologia.

Já vemos seu nascimento, variações e consolidação, na história recente, em Bergson, Dilthey, James, Jaspers, Scheler, Husserl, Ortega y Gasset, Lavelle, Jung, Frankl e tantos outros. É comum à psicologia e à filosofia. Por isso foi dito que este ensaio transcorre no meio dessas duas disciplinas.

Os aspectos graves e profundos de metafísica que serão suscitados neste ensaio, tentaremos deixar intocados, ainda que vistos de longe. Mas não serão omitidas algumas teses, estas serão vislumbradas de acordo com o aprofundamento do tema. Toda tese tem sua metafísica por trás.

Quando os termos *Deus e experiência religiosa* forem aqui usados, que fique claro que remetemos apenas ao seu aspecto vivencial, como tais realidades aparecem no âmbito fenomenal da vida comum. A experiência transcendente que acompanhou o homem desde períodos imemoriais é um fato da natureza humana, devemos, portanto, lidar com ela. Essa mesma experiência, que ocorre no interior de cada um, traz muitos resultados práticos, foi responsável pela edificação de sociedades – e de muitas civilizações –, inclusive a nossa.

Quanto a saber se tal objeto – que, grosso modo, chamamos de Deus – da experiência transcendente, que o ser humano vivencia como fenômeno interior, existe metafisicamente, isso não é objetivo para nós, deixamos essa tarefa para metafísicos e teólogos profissionais.

Por fim, talvez, pela sua própria natureza, este ensaio não seja outra coisa senão um ensaio de filosofia. Não obstante, partindo de uma psicologia, de uma observação e descrição através da consciência, eis o *método*, chegamos a questões de relevância para toda disciplina que trata do fenômeno humano.

Uma breve psicologia descritiva do desamparo e da indiferença e sua relação com o divino

Todos nós estamos acostumados com estas duas palavras que evocam características e sentimentos distintos: *desamparo e indiferença*. Quando alguém sente-se sozinho ou triste porque outra pessoa, de quem esperava apoio, não o ajudou, ele diz

estar *desamparado*. Assim diz também o filho a respeito do pai, quando este o abandonou, assim diz o povo com relação à política: “Os políticos me desampararam”.

Aqui fica notória a primeira e evidente marca desse estado chamado *desamparo*: ele aponta para a existência de, pelo menos, duas pessoas, onde uma delas tem o poder – ou responsabilidade – para ajudar uma outra. Esta espera algo daquela, anseia, e por isso pode sentir-se *desamparada*, sem auxílio ou socorro: o desamparo é sempre um sentimento de estar sem o auxílio de um outro que poderia – ou deveria – auxiliar-me. (É claro que o sentimento de desamparo pode surgir com várias nuances numa relação que não seja necessariamente pessoal, que envolva duas pessoas, como, por exemplo, quando alguém diz estar desamparado em relação à *vida*, a vida nesse contexto é abstrata e impessoal, não se enquadra no tema analisado neste ensaio.)

O desamparo é *sentir* que o outro deixou de realizar – se omitiu – o que era necessário e possível para me tirar do aperto, do sofrimento. Logo, o desamparo é simplesmente omissão, é *deixar de amparar*, por isso é um *des-amparo*. Se é deixar de amparar, *desamparar*, podemos entender que é uma atitude negativa, é, como já dito, deixar de fazer, pura omissão.

Ao sentir em mim essa omissão, ao perceber que o outro não me estendeu a mão, vejo-me nessa peculiar condição de desamparado. O desamparo é o reflexo de um *deixar de fazer do outro* que incide sobre mim: é negação, *negar a ação*, ação negativa.

Aqui salta à vista outra marca desse estado de desamparo: ele implica desproporção. Há alguém que conta com o amparo, é necessitado, há outro que pode amparar, cuidar, socorrer. É este que falta àquele que aguarda o auxílio. Desamparo, portanto, envolve necessidade e poder; ele surge no hiato que separa estas duas condições: *Necessidade* de quem é amparável, *Poder* daquele que pode amparar.

Começamos, aos poucos, a entrever como o estado de se sentir desamparado relaciona-se com o divino – com *Deus*. Agora, porém, precisamos falar sobre o que vem a ser a *indiferença*.

Indiferença é a *ausência do notar*, sou sempre indiferente diante de algo que não conheço, que não noto. Diferente do desamparo que implica relação, onde um espera amparo, onde outro pode amparar, a indiferença é inexistir para algo, não-ser, não estabelecer contato, não se aproximar, não se distanciar, pura *neutralidade metafísica*.

Imagine que numa grande multidão, que anda pela rua, existem muitas pessoas que você não conhece, que não se colocam sob o seu olhar. Não há relação vital, de vida,

entre você e a multidão. Há alguns seres, entre você e a multidão, que sequer sabem da existência uns dos outros. Semelhantemente, muitas dessas pessoas inexistem para você; você *não as nota, não as percebe*, elas, sumamente, inexistem para você na exata medida em que você inexistente para elas. Portanto, e para fixar o conceito, nós temos aqui uma peculiar característica da indiferença: *sou sempre indiferente perante um objeto ou pessoa que não percebo, que não noto*.

Ainda que o desamparo seja difícil para quem sofre, como dito, para aquele que espera amparo de quem pode amparar, ele surge de uma relação, ambos *notam um ao outro*, quem desampara e quem sofre o desamparo.

Não ocorre o mesmo na indiferença, e por isso ela se diferencia do desamparo, pois nela há *ausência de relação, ausência de ser, para um outro, algo*. Não é um fazer, também não é um *deixar de fazer*, como no desamparo, é simplesmente nada. Há quem diga que é possível ser indiferente para alguém mesmo sabendo de sua existência (como, por exemplo, uma jovem que se queixa de sua amiga de infância, depois de uma briga, dizendo que ela está indiferente). Acrescente-se a isso que a indiferença, mesmo quando se diz germinar perante conhecidos, onde há relação prévia, ela é, no seu âmago, a ausência do notar, é abolição do outro perante mim, é redução do outro ao *nada*. Este é o protótipo da indiferença, o nada é sempre, em si mesmo, indiferente: não age, não atua sobre mim, sou cego para ele na medida de sua cegueira para mim.

Quando sou indiferente, reduzo o objeto de minha indiferença à inexistência e, aqui, não importa se ele antes existiu para mim, soube de mim e eu soube dele. Parece ser esse o sentido usado quando alguém diz que um outro é pura indiferença, que está indiferente para ele; ele diz, na realidade, que o outro deixou de ser para ele algo, deixou de ser objeto de notação, agora *inexiste*.

Sempre que há relação, para *amparar* ou *desamparar*, há antes o notar, o perceber o outro. *Não faz sentido dizer que fui desamparado por alguém que sequer me notou*, que sequer sabe de mim, sabe quem sou. De outro modo, a indiferença é a anulação do notar precisamente porque há a tentativa de eliminar a relação, sou indiferente porque não quero mais notar o outro, *vê-lo*, quero desviar o olhar: o outro não é mais para mim, e eu não sou mais para ele, não há mais relação, não há desamparo, não há amparo, o resultado é querer não ser para o outro, deixar de percebê-lo, de olhar para ele.

Logo, percebemos que há uma indiferença originária e natural, quando não noto você porque não sei de sua existência, como no exemplo da multidão, não havendo

relação entre nós, e outra que, uma vez estabelecida a relação, o notar, há a tentativa de anulação, de anular o outro, de fazer que o outro não exista mais para mim, de deixar de vê-lo. Eu, na indiferença, quero deixar de ser, para o outro, algo, deixar de interagir negativa ou positivamente com ele. Em ambos os casos, como pressuposto acima, a raiz da indiferença é a mesma, independente se é originária ou não: há sempre a ausência do notar, do perceber, do ser para o outro, e vice-versa. Resumindo: a indiferença é a ausência do notar e a tentativa de anular o outro que está diante de mim.

Surge, aqui, um aspecto importante. Quem desampara nega a ação, quem se sente desamparado vivencia esse negligenciar. Diferente disso, a indiferença não é um deixar de fazer ou um fazer algo em relação ao outro, mas um puro não se relacionar com o outro, não se colocar ao seu lado sequer para ser *diferente* – para que haja diferença entre duas pessoas, é preciso que uma esteja ao lado da outra, a diferença surge da presença estabelecida na relação –, sendo a *in-diferença*, por isso mesmo, o não *estar ao lado do outro*, em sua presença, não olhá-lo, não percebê-lo: estar definitivamente ausente da relação, do notar.

A indiferença, portanto, é ausência de relação, é a forma mais forte de se negar o contato com o outro. Se eu sou diferente de você, há, conseqüentemente, relação na dualidade; a diferença aponta para o olhar de um sobre o outro, olhar que percebe e que nota – é olhando para você que percebo nossas diferenças: há, então, relação entre nós. Não ocorre o mesmo na indiferença, o olhar para o outro é suprimido: no seu lugar fica o vazio de uma relação que não se estabelece. E se é através da relação, do notar, que vejo que sou diferente e também semelhante a você, não é assim na indiferença: a indiferença é negar qualquer diferença ou semelhança com o outro.

Sou sempre indiferente quando me torno para o outro um puro *não-ser*, um nada. Mas, estranhamente, a indiferença não é simplesmente um *nada*, é a *tentativa de não ser para o outro*, assim, ela está a meio caminho entre o não-ser absoluto e o ser. Poderíamos dizer que há na indiferença uma espécie de *palidez metafísica*, é um rosto que não cora, um olhar que não vê, uma estranha presença que se ausenta.

Vimos até agora, se ficou bem entendido, que o sujeito da indiferença é sempre aquele que se esvai da relação com o outro que é objeto dessa mesma indiferença. Este é o que a sente, sente a ausência do notar, a falta do olhar do outro que é o *germe da relação*. Um quer não ser mais para o outro, deixando de olhar para ele e estabelecer o contato humano, o outro sente o peso de uma sensação estranha, própria de tudo aquilo em que

falta o ser, o *algo*, e diz: “Eu bem queria que ele esboçasse alguma reação, falasse algo, ainda que fosse negativo, ainda que fosse desprezo. Eu bem queria que ele me notasse...”. Quem isso diz já percebeu que a indiferença do outro é uma forma eficaz de, em vida, se ausentar como a morte. Um cadáver não fala, não reage, é gélido, pútrido e fatal.

Como os estados de indiferença e de desamparo, mostrados até agora, podem relacionar-se com a experiência religiosa do ser humano – a vivência transcendente da presença divina em forma de imagem psíquica com a qual nos relacionamos?

Deus é o ser que sempre nota, o olhar que sempre vê. Logo, esse ser pode desamparar, pois de algum modo se relaciona com o homem, e o desamparo *é sempre um tipo possível de relação entre dois seres*, mas ele jamais pode *ser indiferente*. O conceito de Deus, ao longo da história humana, é sempre uma tentativa de se sentir sob o olhar e o notar do outro. O homem existe para ser notado, percebido, vivido por outro; a ausência desse notar é tédio e frustração, é angústia e ansiedade. Deus é essa garantia de que o homem sempre estará diante de outra presença diferente dele – de um outro olhar –, presença que estabelece relação, contato, algo para estar sob o olhar.

Podemos, então, entender que quando essa ideia de Deus se esvai, quando de algum modo o homem perde essa convicção de que sempre existirá o outro diante do qual ele é sempre visto, esse mesmo homem frustra-se, vive angustiado, e procurará uma outra presença, um outro ser capaz de notá-lo. Não suportando a indiferença absoluta, a ausência do notar, o homem procurará relação aqui e acolá, um olhar perante o qual ele seja percebido, mesmo que isso implique se sentir desamparado.

E, aqui, nós percebemos que o homem preferirá ficar ao lado de um Deus que desampara, mas não é indiferente, de um ser que pode estar mudo, distante do sofrimento das pequenas criaturas, mas jamais deixará de notar – de ser o eterno olhar que nos observa. Afinal, sendo o desamparo um tipo possível de relação, pois é preciso *ser* para desamparar, não é seu efeito que caracteriza e sinaliza que não há um Deus ou um notar absoluto, pelo contrário, o que mais aproxima-se da não-existência, do não ser total, é a indiferença. Desse modo, conviver sob o olhar do *Deus que desampara*, mas não é indiferente, ainda é reconfortante para o homem.

Esse *notar supremo*, que o homem nomeia de Deus, poderá sempre existir para esse mesmo homem independente do caos ou do sofrimento que possam surgir num mundo aparentemente desamparado pela divindade. Se esse notar *existe metafisicamente* para além da vivência cotidiana que a maioria das pessoas tem, ou seja, se há um Deus

para além do fenómeno do notar que o homem experimenta na sua vida comum, e que configura a *experiência religiosa*, não importa. O aparente caos do desamparo não fala contra a existência desse ser que tudo nota, ele pode continuar presente na vida humana desde que o homem conserve dentro de si essa certeza de estar sob o seu olhar.

O ser humano sempre buscará reestabelecer esse contato com o notar divino e, como dito, se ele for perdido, haverá uma busca de substituição. Precisamente neste tempo, como nunca antes, a humanidade coloca-se sob diversos olhares, sempre buscando ser vista, percebida ou notada; não é de admirar que isso ocorra na ausência do notar divino que muitas pessoas sentem hoje. Para não viver na indiferença, as pessoas sempre procurarão um modo de se *exibir*, de dizer: “Estou aqui, olhem para mim, interajam comigo”. Um exemplo disso é o comportamento estranho nas diversas ferramentas digitais chamadas *redes sociais* deste tempo. Há sempre alguém querendo ser percebido pelo outro. Há sempre alguém que não suporta a indiferença: a ausência de todo olhar.

Depreende-se, de tudo isso que foi dito, que para o homem é sempre melhor relacionar-se com Deus – com o divino – no desamparo e não na indiferença. O desamparo ainda tem o fulgor de uma relação, de um notar, que se estabelece apesar da recusa do amparo, ele ainda é vivo, tem fogo de contato e satisfaz a ânsia vital do homem. A indiferença, por sua vez, é um peso difícil demais para o homem carregar, ela é ausência de ser, é nada, o nada perante o qual, em toda a história humana, o ser humano sempre foge, pois o medo da morte não é senão o medo da indiferença, da ausência do ser, do nada.

É sempre melhor, portanto, para a vida de um homem – de uma sociedade – a crença de que é visto, notado, por uma força, por algo além que estabelece com ele relação, mesmo que ele seja a mais pobre e solitária existência. Do contrário, viver a indiferença de Deus, é, ao mesmo tempo, viver sua inexistência, e isso é nocivo para o homem, pois é na ausência de Deus, de uma crença em um supremo olhar, que o homem procura ser visto à força, sendo que para isso ele infla o seu ego, para aumentar o tamanho do seu ser e tentar captar a atenção de outros seres que, ao contrário de Deus, não têm um notar tão apurado e transcendente.

O resultado de tudo isso, como vemos nos nossos dias, é uma sociedade inchada de egos flácidos, uma sociedade individualista, porque é mais fácil ser notado sozinho do que em companhia de outros, por isso mesmo o homem se envaidece e se isola, surge o

egoísmo extremo e toda a gravidade psicológica que dele advém. Eis o grande mal do nosso século!

Diante disso, nos limitamos, dentre outras coisas, a constatar que, na experiência ordinária e comum, a presença do notar de Deus, é remédio e alívio para o fardo da existência, pois é assim mesmo que, fenomenologicamente, o homem comum vivencia a experiência religiosa: o olhar sob o qual ele está é *religare*, o protótipo de toda religião, é relação, é contato, e isso é vida para ele. O ser humano, no final das contas, na sua intimidade, quer acreditar que Deus, o supremo notar o desamparou, há esperança no desamparo, mas jamais quer acreditar que ele inexistente, é indiferente, um sol que nunca aparece no horizonte.

Com um Deus que desampara, toda a humanidade ainda estaria em relação, mas com um Deus indiferente não há satisfação vital, não há esperança de estar sob o supremo notar do outro. Qualquer tentativa que se faça para tentar amenizar a gravidade dessa questão é ilusória, pois sabemos o quanto é da essência mesma do ser humano viver perante o outro, em contato, em pleno notar e se relacionar.

O símbolo do notar, o olho, voltando de soslaio ao tema das *redes sociais* e dos fenômenos do homem deste século, está presente em todos os lugares. Câmeras estão acima de nós, nos aplicativos dos celulares há as chamadas “visualizações”; quantas pessoas olham, notam o que cada um faz é o sinal característico da busca do ser humano pelo notar do outro. Será que tudo isso não remete àquela essência humana que se compraz em viver sob o contemplar do outro, que se satisfaz em ser olhada, percebida? A resposta positiva a essa questão é um dos empreendimentos deste ensaio.

Se o notar é o princípio da relação, então podemos agora compreender que a escassez do notar, que foi iniciada pela ausência do notar de Deus, é a causa de o homem, hoje, viver submerso em vários olhares artificiais, olhares que só têm de autêntico, paradoxalmente, a aparência, pois jamais a tela de um aparelho que se sustenta na mão será indicativa de plena relação, de pleno e absoluto notar do outro. Entendemos também que não há relação verdadeira nessa empreitada porque o notar original foi substituído por um reflexo, por uma espécie de animação fictícia.

Ao sentir a indiferença de Deus, o homem luta para ser visto por todos. Porém esse “todos” não pode vê-lo de modo direto, ele não é Deus, somente a crença em Deus permite sentir-se visto em toda hora, por isso o homem cria ferramentas e meios para divulgar sua imagem, para ser objeto do olhar de alguém.

Neste momento, e de modo quase acidental, percebemos que os problemas que surgem nestas questões remetem à religião e à busca do homem pelo divino. Mas, como mencionado acima, o nosso propósito não é defender uma crença particular, é constatar, é descrever uma reação vital que aparece no ser mesmo de algumas pessoas desta era.

Precisamos agora indagar quando foi que o homem perdeu o contato com o notar divino, e conseqüentemente, vive na indiferença, vive olhando para o vazio deixado por um Deus que inexistente.

A inexistência de Deus é um fenômeno do tempo, do nosso tempo. Ainda que, hoje, muitas pessoas digam acreditar em Deus, elas vivem sem sentir o seu notar, vivem sem relação com ele, ostentam uma fé de palavras; e na fenomenologia de sua situação ficaria logo patente que elas não sentem mais o divino como uma presença real, como um notar que penetra e torna o nosso mais íntimo ser conhecido. E se o homem tem uma necessidade de se relacionar com Deus como uma característica de sua psique, como lembrou a grande parte dos filósofos e eruditos ao longo dos anos, podemos entrever, pelo sintoma da época, que algo aconteceu para que essa necessidade fosse agora satisfeita não por Deus, mas por outras presenças, outros olhares diversos.

Se Deus inexistente, é indiferente, não há o único notar que ao longo dos tempos sempre preencheu essa necessidade de se sentir percebido que é marca da índole humana. Mas como houve essa *guinada metafísica*? Como o único ser que podia olhar o ser do homem de modo contínuo ausentou-se do viver? Essas são perguntas que precisamos tentar responder agora.

A perda do notar supremo e a ânsia pela transcendência da natureza humana

Houve, na virada dos séculos, depois da Idade Média, muitas mudanças nas concepções sobre a vida e o mundo. A Igreja perdeu muito do seu poder, e a ciência começou a despontar com uma nova imagem e cosmovisão que colocava Deus fora do cenário. A aparente incompatibilidade entre ciência e religião, cada uma tendo abordagens diversas sobre a natureza, fez com que o público tivesse que escolher, entre essas duas visões, qual deveria ser o novo paradigma. Sobre esse aspecto, Polanyi (2003) lembra um fato: a sociedade escolheu a visão científica da natureza

O homem das eras recentes tem acomodado-se naquela peculiar condição nova, no cenário da história, de colocar *Deus no banco dos réus*, como disse Lewis (2018, p. 300). Precisa-se de uma justificativa razoável para o sofrimento e o caos aparente da existência, *para o desamparo de Deus*, caso contrário Deus não será absolvido. O homem

de hoje, por não aceitar um Deus que desampara, paradoxalmente, condenou Deus a inexistência, fazendo dele um ser indiferente, portanto, um ser que não se relaciona, um ser que não é, que não nota, que não existe, um nada.

Nietzsche já tinha, vislumbrou Reale (2014), no século XIX, vaticinado que o próprio ser humano “mataria Deus”, e uma torrente de niilismo viria sobre nós. Os valores seriam arrancados da transcendência e colocados na imanência. Ou seja, o supremo olhar seria tirado de sobre nós, restando apenas o espaço vazio que antes ele ocupava. Daí um dos grandes dilemas metafísicos de todos os tempos: *a perda da transcendência*.

O materialismo, comum à visão científica do mundo e da natureza, conduz, inevitavelmente, a um duplo efeito, lembrado por Bergson (2014, p. 403), em suas *Aulas de psicologia e de metafísica*, sendo que só um deles é importante mencionar aqui: o ateísmo. O novo modo de se interpretar a natureza levou ao enfraquecimento e à perda da vivência da divindade.

Se a ciência, segundo Lavelle (2012), detém-se ao que é aparente nas coisas, não vendo o significado por trás delas, não poderia surgir, podemos deduzir, um efeito senão este: o mundo deixa de ser o lugar onde o homem é notado pela presença de Deus e passa a ser um espaço vazio e sem sentido – indiferente.

Quando alguém vive com a ideia de que há um Deus que o nota, que há uma divindade que se relaciona com ele, o mundo passa a ser um lugar cheio de significado, pois a crença em Deus, disse Hillman (1984, p. 67), conduz à visão significativa da vida. Assim, a partir dessa ideia, acreditamos que quando o homem se sente objeto do contemplar supremo, a vida ganha, para ele, real sentido e valor.

William James, em *As variedades da experiência religiosa*, aponta uma questão, que já foi pressentida até aqui, de suma importância: o que chamamos de vida religiosa ocorre dentro da vida pessoal de cada um. A realidade pessoal, nossa vida mesma, que é vivida e sentida por nós é, em última instância, a única realidade concreta com a qual lidamos diretamente. A experiência religiosa, obviamente, mostra-se dentro dessa realidade pessoal. Com o advento do pensamento cientificista, que é uma filosofia por trás da ciência, houve um cisma entre essa realidade pessoal e a realidade externa divulgada pela ciência; o resultado disso foi que todas as experiências situadas no âmbito privado, pessoal, subjetivo, foram desacreditadas. E se a religião era uma manifestação do interesse do indivíduo pelo seu *destino pessoal*, a ciência desdenhou disso:

A ciência, por outro lado, acabou repudiando inteiramente o ponto de vista pessoal. Ela cataloga os seus elementos e registra as suas leis indiferente ao

propósito que possam manifestar [...]. Conquanto o cientista possa, individualmente, ter uma religião e ser teísta em suas horas irresponsáveis, já se foram os dias em que se podia dizer que pela própria Ciência os céus declaram a glória de Deus e o firmamento mostra a obra de suas mãos. O nosso Sistema Solar, com suas harmonias, é visto agora como simples caso passageiro de uma espécie de equilíbrio móvel nos céus, realizado por um acidente local numa vastidão apavorante de mundos em que nenhuma vida pode existir. Num lapso de tempo que, como intervalo cósmico, não representará mais que uma hora, ele terá deixado de existir. A noção darwiniana da produção causal e subsequente destruição, rápida ou retardada, aplica-se tanto aos fatos maiores quanto aos menores. É impossível, com a índole atual da imaginação científica, encontrar nos cursos dos átomos cósmicos, quer trabalhem em escala universal, quer o façam em escala particular, alguma coisa senão uma espécie de tempo sem rumo, fazendo e desfazendo, que não realiza nenhuma história apropriada e não deixa resultado algum. A natureza não tem nenhuma tendência final distinguível pela qual seja possível sentir simpatia. No vasto ritmo dos seus processos, como a mente científica agora os segue, ela parece cancelar-se a si mesma (JAMES, 2017, p. 446-447).

A série de fatos narrados, por James, demonstra o inevitável dilema apresentado ao homem, quando este teve sua realidade pessoal negligenciada e, conseqüentemente, uma explicação do mundo que retirava dele todo significado transcendente – restou apenas o vazio e absurdo da vida.

Porém, como o mesmo James conclui, a realidade pessoal, da vida como é vivida por cada um de nós, com sua inclinação natural, não pode ser simplesmente apagada pela imaginação científicista. É preciso citá-lo mais uma vez:

Apesar do apelo que essa impessoalidade da atitude científica faz a uma certa magnanimidade de temperamento, tenho para mim que ela é superficial, e posso agora expor minha razão em poucas palavras. A razão é que, enquanto lidarmos com o cósmico e o geral, lidaremos apenas com os símbolos da realidade, mas *logo que lidarmos com fenômenos privados e pessoais como tais, estaremos lidando com realidades no sentido mais completo do termo* (JAMES, 2017, p. 452).

É preciso, neste momento, voltarmos ao tema da necessidade própria da natureza humana em se relacionar com Deus, com o divino. Jung (2011), à luz de sua psicologia do inconsciente, demonstrou que Deus é uma espécie de categoria própria da *alma*, da vida psíquica humana. A *imagem de Deus* está impressa na natureza humana, sendo não recomendável achar que a ideia de Deus é um mero artefato *inventado* pela humanidade. Deus, na vivência religiosa do homem, que perpassa épocas e lugares distintos ao longo da humanidade, ganhando o aspecto de *mitologema*, imagem recorrente, é uma grandeza da alma, semelhante àquelas físicas com as quais o cientista tem que sempre contar ao começar suas análises da natureza; de modo análogo, os que lidam com a psique humana devem saber que ela tende espontaneamente para o divino.

Não me canso de insistir que nem a lei moral, nem o conceito de Deus, nem nenhuma religião penetram no homem vindos do exterior e caindo do céu, o

homem, pelo contrário, encerra nuclearmente todas estas coisas dentro de si, desde as origens, e, por isto as recria sempre de novo, extraindo-as de seu próprio íntimo. É, portanto, inteiramente ocioso pensar que foi preciso que viesse o iluminismo para dissipar tais fantasmas. A ideia de lei moral e a ideia de Deus fazem parte do substrato último e inarredável da alma humana. Por este motivo, toda psicologia sincera e não obcecada pelas concepções mesquinhas do iluminismo se acha no dever de atacar de frente esses fatos. Não é com explicações superficiais nem com ironia que se pode excluí-los. Na Física, podemos prescindir de uma imagem de Deus; na Psicologia, pelo contrário, a noção de Deus é uma grandeza definitiva e imutável com a qual é preciso sempre contar (JUNG, 2011, p. 233).

Seguindo os passos de Jung, Hillman (1984, p. 41) lembra que a alma “[...] tem uma implicação religiosa”. E, mais uma vez, Jung (2011, p. 366) menciona que os símbolos religiosos, imiscuídos e revelados na experiência religiosa do ser humano, são *verdades psicológicas naturais*. Estas são tão boas e respeitáveis quanto uma verdade física que se limita apenas à matéria.

Para assentar e consolidar mais ainda as ideias aqui expostas, mencionamos um trabalho de Viktor Frankl, onde, de tantos ensinamentos existenciais, um é necessário citar. O homem, de acordo com Frankl, tem uma religiosidade inconsciente. Todos os fenômenos autenticamente humanos, como a religiosidade, mergulham numa dimensão que escapa à objetivação racional, são o fundamento mesmo do ser humano. Para acessá-los, Frankl se valeu de uma *análise existencial*, método fenomenológico, próprio de sua escola, que visava explicitar os fenômenos espirituais – ou seja, os fenômenos próprios da existência. Um dos grandes resultados dessa análise diz:

[...] a análise existencial descobriu, dentro da espiritualidade inconsciente do ser humano, algo como uma religiosidade inconsciente no sentido de um relacionamento inconsciente com Deus, de uma relação com o transcendente que, pelo visto, é imanente no ser humano, embora muitas vezes permaneça latente (FRANKL, 2017, p. 58).

Assim, é justamente a repressão ou supressão dessa religiosidade com Deus, desse relacionamento com o transcendente, que vem do mais íntimo da mente humana, que faz as pessoas adoecerem existencialmente, e, como Frankl lembra, “[...] em muitos casos a deficiência da transcendência vinga-se através de uma existência neurótica” (2017, p. 66). Aqui temos uma base para o egoísmo, individualismo e estranheza de muitos comportamentos na nossa era. O remédio talvez seja o retorno do contato com a transcendência que habita no ser do homem.

Essa parece ter sido a indicação de James (2017) contra o absurdo da vida sem transcendência: “Quando vemos todas as coisas em Deus, e as referimos todas a ele, encontramos nas matérias mais comuns expressões de um significado superior” (p. 433).

E mais: “A indiferença de que o costume reveste o familiar se desvanece, e a existência como um todo surge transfigurada”.

Voltando a Frankl, citado acima, a deficiência da transcendência é um termo que serve bem para caracterizar o estado humano atual da ausência de contato, de relação, com o divino. Essa perda do notar supremo – que resulta num estado psíquico de indiferença – é nociva para o ser do homem, como tentamos demonstrar.

Portanto, resumindo, se há, de um lado, a necessidade, fundamentada na existência humana, de se relacionar com Deus, o supremo notar, e de outro, uma perda dessa relação devida aos resultados de uma filosofia naturalista e materialista, que fundamentou a nova visão de mundo baseada na ciência, logo podemos consentir que as atuais crises existenciais, vividas na sociedade, e comentadas brevemente neste ensaio, refletem essa realidade. Essa também, por outras palavras, foi a conclusão de Reale (2014).

Ainda sobre o naturalismo² dentro da ciência, – ou grosso modo, materialismo – cabe lembrar o porquê de ele ser tão antagônico à inspiração natural do homem pela transcendência. Merleau-Ponty (2000, p. 219-220), conceituando o naturalismo, lembra o de Laplace, este considerava a natureza como *fato único*.

Essa definição, simples, lança luz à questão. Se a natureza é o fato único, logo não há transcendência, não há um ser espiritual que fundamente a necessidade religiosa do ser humano. A experiência religiosa será tomada como mera ilusão, nada mais. O fenômeno pessoal e genuíno da transcendência será desdenhado. Haverá apenas a ânsia sem o seu objeto – as pessoas vivenciarão indiferença e desamparo divinos.

Considerações finais

Este ensaio termina apontando o caminho que tivemos que percorrer para entender como o homem vem perdendo a capacidade de se sentir notado, percebido, pelo divino, tendo, como consequência, também deixado de notá-lo. Indiferença gerou indiferença. Princípios por fazer uma breve psicologia descritiva, uma fenomenologia, do desamparo e da indiferença, em seguida tentamos relacionar estes estados com a experiência da divindade, que é comum, de acordo com o que mostramos, à natureza humana. (Lembrando que essa experiência foi tomada apenas no sentido da vivência, não importando seu estatuto de realidade metafísica para além do fenômeno. A empreitada de descobrir essa realidade última por trás da vivência de Deus na vida do homem comum é

2 Para uma melhor apreciação da relação entre naturalismo, ciência e religião, remetemos o leitor para: PLANTINGA, A. *Ciência, religião e naturalismo: onde está o conflito?*. São Paulo: Vida Nova, 2018.

tarifa para metafísicos e teólogos profissionais; o objetivo deste ensaio foi mais comedido.)

Ficou estabelecido, para os nossos propósitos, que, grosso modo, o desamparo tem algumas nuances psicológicas, vivenciais, próprias. Eis um resumo do que descobrimos. Ele implica relação entre dois seres, é preciso estar numa forma de presença diante do outro, notando-o, relacionando-se com ele, para que haja o desamparo. O desamparo aponta para desproporção, há sempre alguém que necessita de auxílio, há outro, alguém que pode amparar; o desamparo, logo, constitui-se desse desnivelamento, onde um pode, mas por algum motivo não ampara, outro espera, mas não é socorrido; é desse hiato entre poder e necessidade que surge o desamparo. O desamparo, para quem o vivencia, é o reflexo de um deixar de fazer do outro que incide sobre ele; ao perceber que há a recusa do outro em não amparar, em ser auxílio, surge o sentimento, a vivência do desamparo. Por último, podemos dizer que o desamparo é, para quem o pratica, um deixar de fazer, uma ação negativa, pura omissão.

A indiferença, por sua vez, afigurou-se com alguns traços também peculiares. Ela é, primariamente, a ausência do notar, pois este é o princípio de qualquer relação. E não devemos entender esse notar como um *golpe de vista*, onde alguém vê o outro fisicamente, ele é bem mais do que isso. É pura presença, é *estar com*; é ser, para o outro, algo, preencher o espaço físico que separa dois corpos. Ele é o sinal *meta-físico*, no plano ontológico, do que ocorre no plano físico quando alguém olha para outro, quando há o notar entre dois seres. É dele que advém toda relação, para o bem ou para o mal. Ele é a gênese, o *germe da relação*. Dessa característica peculiar do notar surge um fato: todos sabem quando é notado, percebido por outro – quando o seu ser está com um outro numa relação. De modo contrário, todos sabem quando é objeto da ausência do notar, quando é objeto da indiferença.

Daí, dizíamos nós, que a indiferença é a tentativa de anular o outro com o qual se estabelece uma relação, um contato – é se esvaí da relação, deixar de ser para o outro algo: uma tentativa de não-ser mais para o outro, de inexistir, de ser nada. Assim, surgiu uma característica grave da indiferença: ela é uma *palidez metafísica*, um rosto que não cora, um olhar que não vê, uma presença que se desfaz. Mas também não é um não-ser absoluto para o outro, ela é uma tentativa, por isso está, estranhamente, a meio caminho entre o ser e o não-ser. Isso, é claro, quando trata-se daquele tipo de indiferença que ocorre quando havia relação prévia, assim ela é a tentativa de anular a relação que antes existia.

Ela também pode ser uma indiferença originária, ocorrendo quando o outro simplesmente inexistente para mim porque eu não o vi, nunca o notei, lembre-se do exemplo da multidão.

Ademais, foi esmiuçada, embora resumidamente, como se deu a perda do notar divino sentido pelo homem e que caracterizou o atual estado de indiferença que muitos vivem no campo da experiência religiosa. Mostramos, também, que é mais importante, para a vida psíquica do homem, enxergar o *divino ser* como aquele que pode desamparar, essa ideia ainda traz conforto, pois implica uma relação que se estabeleceu, que de algum modo o objeto da crença religiosa está presente, isso explicaria, para o homem, o atual sofrimento da humanidade. De outro modo, e ao contrário do desamparo, a natureza humana não consegue lidar com a indiferença de Deus – ela implica inexistência da transcendência, perda do supremo notar. Essa perda, como tentamos demonstrar, resultou da visão naturalista do mundo, esta levou o homem ao aparente absurdo da vida e, aos poucos, fez do seu ser um espaço vazio de sentido.

A perda da transcendência, o atual estado de indiferença, concluímos, que hoje muitos sentem em relação à divindade, propiciou o surgimento da ânsia do homem moderno por se sentir notado, percebido, e por isso ele infla o seu ser, tornando-o maior do que realmente é, numa pura ascensão egoísta, para captar a presença de olhares alheios, estes, lembramos, estão presentes e representados nos aparatos tecnológicos das redes sociais modernas. Ao aumentar o seu ser para ser visto, o ser humano de hoje também se isola, torna-se individualista, a fim de ser um objeto mais delimitado para o olhar dos outros que substituiu o notar divino. O resultado disso tudo é perturbação neurótica e existencial.

Essa perda da transcendência, discorremos, deu-se a partir de uma série de mudanças na concepção da natureza e da vida, estas passaram a ser interpretadas através do dogma materialista – naturalista e cientificista – moderno, que não é a ciência propriamente dita, que fique bem claro, com todos os seus avanços importantes, mas uma visão de mundo (*Weltanschauung*) que a subjaz.

Não obstante, diante desse cenário lúgubre, é preciso lembrar que a vida religiosa do homem, quando vivida na sua autenticidade, sempre será benefício para a nossa espécie, conduzindo-a para frente, em vista do melhor que ela pode ser e desempenhar na sociedade. Para isso, porém, o ser humano precisa satisfazer essa ânsia pelo *notar supremo*, pelo vínculo solene que ele vivencia diante da transcendência com a qual se

relaciona na *intimidade*. Portanto, deve-se assegurar que a conduta humana sempre deixe espaço para a vivência da transcendência. Isso é remédio para um mundo enfermo.

Referências bibliográficas

- BERGSON, H. *Aulas de psicologia e de metafísica*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- FRANKL, V. *A presença ignorada de Deus*. 18. ed. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017.
- HILLMAN, J. *Uma busca interior em psicologia e religião*. São Paulo: Paulus, 1984.
- JUNG, C. *A natureza da psique*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- JAMES, W. *As variedades da experiência religiosa: um estudo sobre a natureza humana*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2017.
- LAVELLE, L. *Ciência estética metafísica: crônicas filosóficas*. São Paulo: É Realizações, 2012.
- LEWIS, C. *Deus no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2018.
- MERLEAU-PONTY, M. *A natureza: cursos no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- POLANYI, M. *A lógica da liberdade: reflexões e réplicas*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- REALE, G. *O saber dos antigos: terapia para os tempos atuais*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.